

<http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i252.4086>

Fazemos chegar até os leitores um novo número da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* que, por sua característica interdisciplinar e multitemática, compõe mais um poliedro multifacetado, cujas faces vão sendo configuradas pela contribuição singular de cada artigo para os grandes eixos temáticos revisitados: o pensamento pedagógico contemporâneo; as políticas que redefinem, a cada conjuntura particular, os contornos do sistema educacional; as relações sociais que permeiam as interações nos centros educativos; as características dos estudantes, dos educadores e sua formação; os processos de ensino e aprendizagem; entre outros.

Este número é aberto com dois artigos que tratam da inclusão das pessoas com deficiência na educação escolar básica, relatando resultados de investigações que abordaram os docentes e gestores da educação especial que participam desse processo. Almeida, Bento e Silva reportam o processo de pesquisa-ação crítico-comunicativa que resultou na construção da política de educação continuada de professores para a inclusão escolar na região serrana do Espírito Santo, enquanto Thesing e Costas analisam as percepções dos professores da educação especial sobre o processo de inclusão que está em curso em quatro municípios do Rio Grande do Sul. Em ambos os textos, o leitor encontrará dados e análises relevantes para apreciar o processo ainda em curso de implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Brasil. MEC, 2008), cujas propostas de revisão vêm suscitando acalorados debates entre pesquisadores, membros do Ministério Público, movimentos e entidades de apoio às pessoas com deficiência (Grabois *et al.*, 2018).

As políticas de educação básica também constituem o âmbito de análise de Dametto e Esquinsani, cujo ensaio discute sentidos atribuídos ao conceito de qualidade na literatura sobre educação revisada, procurando evidenciar

as polêmicas por detrás dos consensos e problematizar o direcionamento político subjacente à adoção de determinados critérios e procedimentos supostamente técnicos e neutros de apreciação da qualidade dessa etapa da educação escolar.

Dois dos artigos publicados neste volume examinam contribuições de distintas correntes à Filosofia da Educação: Vieira situa as bases teóricas e epistemológicas da Antropologia Histórico-Cultural Alemã, enquanto Freitas convida a uma abordagem intercultural, valorando as contribuições do Perspectivismo Ameríndio às pesquisas do campo.

A problemática mais ampla das repercussões no sistema educativo da diversidade de gênero e étnico-racial da sociedade brasileira reverbera em dois textos aqui publicados, com temáticas e abordagens distintas. O artigo de Ferreira, Orsato, Santos e Coronel analisa a participação de homens e mulheres nos sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) e discute a permeabilidade dessas organizações aos movimentos pela igualdade de gênero e contra a discriminação por orientação sexual no trabalho e no sindicalismo docente. O relato de experiência de Araújo, por sua vez, é um esforço de sistematização e reflexão sobre uma iniciativa docente para levar à prática a Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no ensino básico. A iniciativa docente foi desenvolvida em aulas de língua portuguesa de turmas do 6º ano do ensino fundamental com o intuito de desconstruir os padrões coloniais de compreensão da cultura, estética e história africana.

Esse último relato de experiência se soma a outros quatro textos desta edição, que se debruçam sobre o microcosmo das salas de aula para tratar de questões da didática e do currículo, convergindo para as temáticas mais amplas do ensino e da aprendizagem na educação básica e da formação de seus docentes. Dois desses textos abordam a Matemática: Ibiapina faz um relato de experiência que demonstra a utilidade do ábaco romano como recurso de ensino e aprendizagem do algoritmo da multiplicação em classe do 2º ano do ensino fundamental; Pozebon e Lopes, por sua vez, empregam conceitos da Psicologia Histórico-Cultural para analisar o processo de formação docente corrente no desenvolvimento de uma unidade didática relativa a grandezas e medidas em um programa de extensão universitária. A formação dos professores é também um dos temas abordados por Santos, Almeida e Zanotello, que reportam estudo qualitativo realizado com docentes e uma turma de 1º ano do ensino fundamental de uma escola pública municipal paulista, em que o processo de alfabetização foi enriquecido com a disponibilidade de tecnologias da comunicação e informação. A comunicação de pesquisa de Carmo, Magalhães Jr., Kiouranis e Triani, por sua vez, se detém nas representações que estudantes do ensino médio do noroeste paranaense revelam na livre evocação verbal sobre questões ambientais, subsidiando, assim, a abordagem transversal de tais questões no currículo do ensino das ciências na etapa final da educação básica.

A temática da formação docente volta a ser tratada no inusitado diálogo bilíngue estabelecido entre Bragança e Ossa, cujo relato recorre à narrativa autobiográfica tanto para compartilhar e refletir sobre as próprias trajetórias de auto-formação enquanto professores universitários no Brasil

e na Colômbia, quanto para empregá-la enquanto metodologia de pesquisa e de formação de educadores nas instituições de ensino superior em que exercem a docência.

Esse é o repertório deste número da RBEP, com o qual os autores e os editores esperam proporcionar aos leitores subsídios teóricos, metodológicos e práticos ao pensamento, à pesquisa e à intervenção educativa.

Editoria Científica e Executiva

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília, 2008.

GRABOIS, C.; DUTRA, C. P.; MONTOAN, M. T. E.; CAVALCANTE, M. *Em defesa da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva*. Campinas: LEPED/FEUNICAMP, 2018.